

Encontros e Desencontros entre Geografia e História e Tendências na Geografia Histórica Anglo-Saxã

Encounters and Missed Encounters between Geography and History, and Tendencies in Anglo-Saxon Historical Geography

Patrício Aureliano Silva Carneiroⁱ
Escola Preparatória de Cadetes do Ar
Barbacena, MG

Ralfo Edmundo da Silva Matosⁱⁱ
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, MG

Resumo: O artigo apresenta uma discussão acerca da relação entre espaço e tempo, geografia e história, bem como sobre o status da geografia histórica por meio do resgate de bibliografia internacional, enfatizando as aproximações e os distanciamentos entre os campos da geografia e da história e como a geografia histórica na atualidade se aproxima de um ramo de conhecimento e investigação interdisciplinar. Trata-se, portanto, de uma análise de fontes bibliográficas, com ênfase nas tendências e desafios recentes da geografia histórica anglo-saxã.

Palavras-chave: Tempo e Espaço, Geografia e História, Geografia Histórica, Ecletismo e Interdisciplinaridade.

Abstract: This article offers a discussion of the relationship between space and time, Geography and History, and the status of Historical Geography as present in the international literature. Proximity and distance between the two disciplines are treated and contemporary Historical Geography is shown to permit interdisciplinary investigation and knowledge. This review is based on the analysis of bibliographical sources with an emphasis on recent tendencies and challenges present in Anglo-Saxon Historical Geography.

Keywords: Time and space, Geography and History, Historical Geography, Eclecticism and interdisciplinary knowledge.

Articulações entre Geografia e História

Natureza e sociedade relacionadas, situadas no espaço, constituem objeto precípuo do campo disciplinar da Geografia, que possui uma profunda articulação com um amplo conjunto de ciências afins. Com a história, as relações são muito antigas, desde

ⁱ Professor do Departamento de Ensino da Aeronáutica. patriciocarneiro@yahoo.com.br

ⁱⁱ Professor Titular, Departamento de Geociências. ralfo@igc.ufmg.br

Heródoto e Tucídides. Mais tarde, Alfred Hettner e Vidal de la Blache, cientes dessas inter-relações, estabeleceram melhor os fundamentos do campo que viria a se chamar *geografia histórica*, vertente de investigação interdisciplinar que procura inserir a dimensão temporal nos estudos geográficos por meio de dois planos de abordagem: a) análise das formações sociais passadas através de determinadas categorias geográficas (espaço, território, região e paisagem); b) e interpretação do ordenamento espacial existente ou das mudanças no passado com base em fatos marcantes do tempo pretérito, com destaque explicativo para a importância assumida pelas categorias geográficas citadas.

As relações entre a geografia e a história atraíram a atenção de olhares atentos que vieram a estabelecer procedimentos mais sistemáticos de observação da natureza e das sociedades humanas. Na Antiguidade clássica, por exemplo, filósofos especularam sobre a conexão entre os povos e seus ambientes. As histórias de Heródoto e Tucídides são impregnadas de descrições geográficas (DARBY, 1953). Em 1621, quando Peter Heylyn escreveu a obra *Microcosmus ou uma pequena descrição do grande mundo*, uma das primeiras a retratar a relação entre a história e a geografia, ele asseverou que "a geografia circunscreve a ação da história, limitando-se a uma região particular, enquanto a história distingue lugares particulares, portadores de uma identidade única em virtude das coisas que as pessoas lá fazem". O autor concluiu a argumentação enfatizando que "os dois olhos do corpo de uma história bem compactada são o lugar e o tempo (HEYLYN, 1621, p.18)".

Uma civilização é, na essência, um espaço trabalhado, organizado, marcado e reconhecido por culturas que moldaram os mitos e a história social. Toda sociedade se apropria do espaço e dos recursos nele contidos para se reproduzir. Cria formas, duráveis ou não, na superfície terrestre que refletem um determinado ordenamento social, político e econômico dos agentes que as constroem, que respondem funcionalmente ou simbolicamente a uma sociabilidade vigente, que refletem pactos e disputas sociais. O processo de sua formação geralmente é resultado de mudanças dos territórios originais, que abrange o quadro natural e o ambiente sociocultural. Em cada contexto figura então uma combinação peculiar de influências naturais e de possibilidades humanas, o que confere ao espaço a condição de *ator* na explicação da evolução dos processos históricos. Por isso, dizia Braudel (2005, p.50) que a sequência dos acontecimentos gerais não pode ser compreendida desconectada das características dos lugares, pois

[...] durante séculos, o homem é prisioneiro de climas, de vegetações, de populações animais, de culturas, de um equilíbrio lentamente construído, do qual não se pode desviar sem o risco de pôr tudo novamente em jogo. Vede o lugar da transumância na vida montanhosa; a permanência de certos setores da vida marítima enraizados em pontos privilegiados das articulações litorâneas; a durável implantação das cidades; a persistência das rotas e dos tráficos; a fixidez surpreendente do quadro geográfico das civilizações.

Há mais de um século, Élisée Reclus ensinou que a geografia é a história no espaço e a história é a geografia no tempo. Essa observação, no entanto, não se tornou um guia de método ao longo da trajetória de evolução subsequente das ciências geográfica e histórica. Para vários historiadores, os conceitos básicos da geografia moderna permanecem

distantes dada a preocupação generalizada desses teóricos com o *continuum* do tempo. Uma parcela desses profissionais ainda incorpora aspectos do “velho” determinismo geográfico, ao considerar a geografia reduzida, exclusivamente, ao ambiente físico. A consideração do enfoque espacial comparece somente para cumprir o papel de localização física do objeto de estudo ou como palco do drama histórico, com forte tendência de subordinação da visão espacial à temporal. A crítica vem do próprio Braudel (1989, p.9), ao asseverar que “as tradicionais introduções geográficas à história”, lançadas no princípio de cada livro, são “inúteis descrições do mundo físico”, de que depois “não se volta mais a falar, como se as flores não regressassem todas as primaveras, como se os rebanhos parassem nas suas migrações, como se os navios não navegassem num mar real, que se muda com as estações do ano”.

No princípio do século XX, George (1901, p.1) *apud* Baker (2003, p.17) apresentou um exame das relações entre a geografia e a história e argumentou o seguinte:

A história não é inteligível sem a geografia. Isto é obviamente verdadeiro no sentido de que o leitor da história deve saber onde estão as fronteiras dos Estados, onde as guerras foram travadas. É também verdade, embora menos óbvio, que os fatos geográficos, em grande parte, influenciam o curso da história. Por exemplo, a posição geográfica de uma nação poderá afetar a evolução constitucional e social da mesma e suas relações com outras nações em virtude da influência exercida pelas ideias estrangeiras. Todas as relações externas, hostis e pacíficas, são baseadas largamente na geografia, apesar do progresso industrial depender, mas não exclusivamente, de elementos descritos em cada livro de geografia - os recursos naturais de um país, as facilidades que oferece sua estrutura para o comércio, tanto nacional como estrangeira.

Nos estudos da *geografia do presente*, que sofre de problema semelhante ao das tradicionais introduções geográficas à história, a pesquisa acadêmica procura, em alguns momentos, investigar e resgatar o processo e o contexto histórico dos objetos analisados, concedendo ênfase à sua evolução temporal ou, até mesmo, à espacial. Mas, não são poucas as vezes em que a análise é reproduzida num curto trecho do trabalho, geralmente embutida na introdução, cujo conteúdo é marcado por aspecto excessivamente descritivo e pouco compreensivo. Entrementes, Sauer (1974, p.191-192) lembrou que o tempo é uma dimensão importante para compreensão da geografia. Ignorá-lo ou encará-lo com pouca atenção é desconsiderar uma das principais proposições metodológicas de Alfred Hettner: a de que a geografia, em todos os seus ramos, deve ser uma ciência genética, isto é, se ocupar das origens e processos. Dizia aquele teórico que:

Cada paisagem humana, cada habitação, é sempre uma acumulação de experiência prática, *resíduos* na concepção de Pareto. O geógrafo não pode estudar habitações e povoamentos, campos e fábricas, no que respeita à localização e razão de ser, sem se perguntar por suas origens. Não pode analisar a localização das atividades sem conhecer o funcionamento da cultura, os processos de vida comunitários do grupo, e somente pode fazer isto mediante a reconstrução histórica [...] O estudo de áreas culturais é geografia histórica [...] O conhecimento de processos humanos somente

pode ser obtido se a situação contemporânea é entendida como um ponto em movimento, um momento em uma ação que tem começo e fim. Isto não supõe um compromisso retilíneo formal, mas nos põe em guarda contra uma ênfase excessiva na situação atual (SAUER, 1941, p.8-9).

Nos estudos de geografia humana do presente, autores como Santos (1977) defendem a incorporação de uma maior historicidade nas pesquisas associadas às mudanças ou características de certas manifestações do tempo atual¹. O autor citado destacou que o mundo está em constante mudança e o presente se torna quase não apreensível. Por isso, o entendimento real da sociedade recente não pode se resumir apenas à apreensão das suas características contemporâneas, pois pesquisamos algo que já aconteceu, o que exige uma atenção significativa para com o passado e para as formas como o encaramos. Conviria, ao plano principal da abordagem geográfica do presente, pautado nas análises sincrônicas, incorporar as investigações diacrônicas, as quais auxiliam a compreensão das estruturas que dão suporte às conjunturas, uma forma de integrarmos a *retrospectiva* e a *prospectiva*, partindo do entendimento de que elas são diferentes pontos de uma mesma seqüência.

Nas análises do passado, é desejável, nos casos em que for possível, utilizarmos a categoria *presente* como complementação de método, pois as ações que transcorrem no momento atual, em determinadas ocasiões, são redefinidas pelas heranças do tempo pretérito, a chamada *rugosidade*, que na concepção de Santos (2002, p.140) significa aquilo “que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação e superposição” das coisas nos lugares ao longo de um período. De acordo com esse pesquisador, o espaço é um testemunho durável, permanece na paisagem, força a mudança de processos históricos e ainda pode demorar em se desfazer ou reconfigurar. Ele é capaz de agir e de reagir sobre as estruturas sociais e a própria sociedade, é uma realidade objetiva e social, simultaneamente produtor e produto, determinante e determinado. Entretanto, como lembrou Abreu (2000), embora os conceitos geográficos sejam universais, tanto o *presente* quanto a *rugosidade* ou as variáveis passíveis de operacionalizar essas duas categorias precisam ser contextualizadas, ou seja, estarem adequadas ao período em análise.

A divisão entre a chamada *geografia do presente* e a *geografia histórica* não passa, então, de um tratamento artificial ou puro formalismo e não dá conta da proposta básica de interpretação total da realidade. Na opinião de um dos mais respeitados geógrafos históricos da atualidade, Baker (2003, p.222), “pensar historicamente é uma parte essencial do ato de fazer geografia humana”, pois, “sem um passado, um lugar ou uma pessoa não tem identidade”. Para Mitchell (1987, p.1-2), há esperanças para se acreditar na “criação de uma geografia humana informada mais historicamente, com um contexto preciso que avalie o conteúdo complexo do presente”. Isto porque a preocupação dos geógrafos humanos contemporâneos com as mudanças das estruturas geográficas tem lhes exigido a adoção de uma perspectiva histórica em seus estudos sobre o mundo moderno atual.

A imaginação histórica é uma força criativa e persistente dentro da geografia, “vital para a alma e para o sustentáculo” dessa disciplina, disse Michael Conzen (POWELL, 2000, p.401-402). Portanto, qualquer separação entre uma geografia humana sem

componente histórico, orientada apenas para a atualidade, torna-se insustentável, a-histórica. Chega-se, desse modo, à seguinte proposição aventada por Dennis (1991, p.270): “por definição, toda geografia deve ser histórica, já que o objeto central da geografia humana é compreender a simultaneidade do tempo e do espaço no processo de estruturação social”. Dito de maneira semelhante, agora usando as palavras de Darby (1953, p.6), “toda geografia” é histórica, “real ou potencial”, visto que o presente geográfico se torna, necessariamente, geografia histórica com o decorrer do tempo. Reafirmamos com isso, não apenas a relação estreita entre tempo e espaço, mas entre as geografias histórica e contemporânea.

A Contribuição dos Autores para o Campo da Geografia Histórica

Nas últimas décadas, a produção acadêmica de geografia histórica tem caminhado na perspectiva contrária à da separação entre os dois campos (história e geografia) e uma vasta literatura tem se acumulado sobre as relações entre as duas áreas, com vários teóricos efetuando incursões no universo controverso que faz a mediação entre as duas disciplinas, uma zona fronteira com muitos caminhos e abordagens, por vezes, distintas conforme os países. Henry Clifford Darby, Andrew Hill Clark, Carl O. Sauer e Donald W. Meinig foram os pioneiros na luta contra a definição de fronteiras nos campos disciplinares da geografia e história, ao abrirem lugar para o estudo de, pelo menos, um estreito espaço de tempo na primeira área e não lidarem estritamente com a análise contemporânea. Esses quatro autores foram os principais responsáveis pelo desenvolvimento substantivo e pedagógico da geografia histórica. A partir de meados da década de 1950, quando procuraram estabelecer uma abordagem geográfica distinta para o passado, iniciava-se uma produção bibliográfica particularmente dedicada às questões da “Geografia Histórica” como campo de estudo.

Os primeiros encontros acadêmicos sobre essa área foram também particularmente importantes para a sua sistematização. A primeira reunião, denominada *British-Canadian Symposium on Historical Geography*, aconteceu em 1975 na cidade de Ontário (Canadá). O objetivo do evento: discutir questões metodológicas e filosóficas da disciplina. Dos vários encontros, o de maior importância foi a 10ª *International Conference of Historical Geographers*, ocorrida em 1998 na Irlanda, a partir da qual a pesquisa experimentou notável crescimento, tanto no número de investigadores quanto no âmbito dos assuntos abordados. Tal conferência foi um marco, especialmente, devido à criação da *International Association of Historical Geographers* (IAHG). Esses eventos, em conjunto com o *Journal of Historical Geography*, constituíram (e ainda constituem) importante estímulo aos debates sobre problemas e teorias, fontes e técnicas e sobre as relações da geografia histórica com suas disciplinas cognatas.

O universo da teoria geográfica e, principalmente, o da geografia histórica ainda é profundamente dominado pela produção anglo-americana, enquanto os lugares para além desse espaço centro-ocidental continuam a ser sub-representados no conhecimento geográfico. Persistem grandes diferenças nas posturas epistemológicas conforme os países. Mesmo assim, o somatório de esforços realizados pelos pesquisadores no século passado e nas últimas décadas para consolidar a geografia histórica como campo

disciplinar mais ou menos independente é bastante frutífero. Em países como Inglaterra, França, Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália, a área conseguiu formar um campo de pesquisa respeitado e se impor pela qualidade da produção empírica e teórica. No Brasil, em contexto mais recente, ressaltam-se as importantes contribuições conceituais de Antônio Carlos Robert de Moraes, Pedro de Almeida Vasconcelos, Maurício de Almeida Abreu, entre outros: o primeiro com análises sobre a formação territorial do Brasil no período colonial; o segundo e o terceiro com pesquisas direcionadas, respectivamente, às cidades de Salvador e do Rio de Janeiro.

O geógrafo histórico deve se preocupar com o estudo das mudanças no espaço e no tempo, além de investigar como e por que algumas das expressões pretéritas persistem no presente. Mas recuperar o passado não é uma tarefa fácil e o pesquisador corre o risco de reconstruir apenas uma pequena fração das ações humanas e dos eventos. Em diversos momentos da evolução da geografia, vários teóricos se embrenharam na tarefa de restaurar o passado com base nos conceitos e categorias dessa ciência, mas, como relatou Mitchell (1987, p.2), persistem “poucas criações individuais extraordinárias” e os pesquisadores ainda possuem “ideias distintas sobre o uso do passado”. Ademais, o campo de pesquisa em geografia histórica apresenta alguns problemas intrincados, tais como: baixo nível de coesão interna, natureza eclética, indefinição do objeto e do sujeito de investigação, posição não clara entre historiografia e geografia, investigação excessivamente descritiva, raramente explicativa e distanciada da busca de regularidades, aplicabilidade insuficiente dos resultados obtidos e conceituações, por vezes, demasiadamente gerais e simplistas².

Baker (2003) apresentou quatro amplos “discursos geográficos” que se sobrepõem e servem tanto para a história quanto para a geografia e particularmente para a interação das duas disciplinas, com vistas à reformulação de um novo híbrido acadêmico. São eles: a) *geografias e histórias da localização espacial* (onde as coisas se encontram e por que elas estão naquele lugar); b) *geografias e histórias ambientais* (como os seres humanos se adaptam e são adaptados ao espaço em que vivem); c) *geografias e histórias da paisagem* (causas e consequências da forma visível dos lugares); d) e *geografias e histórias regionais* (articulação dos três discursos anteriores). De acordo com o autor, a *paisagem*, o *ambiente* e a *localização*, em sistema de intersecção, são úteis para a discussão da natureza da geografia histórica e mostram que o universo relacional entre as duas disciplinas poderia ocorrer principalmente, mas não exclusivamente, no âmbito da *geografia regional*. O importante segundo o teórico é que não houvesse limites entre essas estruturas (*paisagem*, *ambiente* e *localização*) e que os escritos geográficos não se restringissem a uma ou outra.

Ainda na perspectiva da intersecção entre geografia e história, Baker (2003) demonstra o papel central da *geografia histórica* e da *história geográfica*: a primeira, preocupada com a dimensão histórica da geografia e a segunda, com a dimensão geográfica da história. É fato que a geografia e a história apresentam maneiras diferentes de se olhar o mundo, mas, por outro lado, é inegável que elas se relacionam de tal modo que uma não pode ignorar ou mesmo negligenciar a outra. Ambas são perspectivas diferentes, mas complementares e interdependentes na forma de compreensão do mundo. Os elementos da geografia estão entre os materiais de grande importância para os estudos de história. Todavia, do mesmo modo que a geografia econômica não pode ser confundida com a

economia, embora dialogue com esta disciplina, a geografia não é história: o discernimento das diferenças entre os dois últimos campos de conhecimento citados deveria ser algo minimamente conhecido.

Desde a Antiguidade tardia, geografia e história estão intimamente ligadas, inseparáveis, formam uma totalidade, fundando uma justificativa para entender o porquê de na atualidade os dois campos ainda serem estudados de forma relacionada, apesar da maior complexidade dos processos socioespaciais recentes em escala planetária. A geografia histórica compartilha com a história parte de seus métodos de investigação e problemas de análise. O foco de interesse daquela disciplina reside na geografia de algum tempo passado ou nas alterações geográficas de determinado período. De acordo com Baker (1987, p.241), por meio de múltiplas formas próprias, a geografia histórica produz uma contribuição distinta para o conhecimento e compreensão do tempo pretérito, fazendo, essencialmente, sob uma perspectiva geográfica ou geográfico-histórica, não como história. Ela é, portanto, um campo de estudos geográficos, tendo em vista que suas perguntas são questões geográficas, sobre o passado.

A *história*, a *geografia histórica* e a *história geográfica* têm uma experiência compartilhada sobre uma vasta gama de assuntos: dirigem-se para os problemas comuns e adotam as mesmas fontes; empregam técnicas semelhantes de investigação; exploram, com uma série de dificuldades, os conhecimentos e entendimentos de ambas as ciências naturais e sociais; além de darem suporte ao amplo espectro das “humanidades”. Entretanto, dadas as diferentes posições epistemológicas da geografia e da história, essas disciplinas oferecem perspectivas e até mesmo visões distintas sobre o passado. Por isso, Baker (2003) considera fundamental incentivar o contato, ao invés da separação, entre os objetivos e os métodos de geógrafos e historiadores, relação demonstrada em termos de interesses comuns e projetos colaborativos. O diálogo entre as duas ciências clama pela superação das fronteiras disciplinares entre elas, imposta pelo positivismo em fins do século XIX. Daí a pertinência da transdisciplinaridade, almejada, mas desafiadora, dado o corporativismo estabelecido nas Ciências Sociais ao longo do século passado.

Nos estudos de geografia histórica, o pesquisador precisa estar atento para não produzir simplesmente um estudo de história. Para tanto, é fundamental que ele tenha em mente três críticas apontadas por Kucera (2008). A primeira refere-se à necessidade de se distinguir a geografia histórica da historiografia, por meio de uma ênfase maior no espaço em relação ao tempo. Isso implica construir uma disciplina essencialmente preocupada com a organização da esfera geográfica da paisagem em tempos determinados, e não uma ciência que lida com a descrição cronológica da evolução de um fenômeno específico. Em segundo lugar, é necessário ampliar o diálogo sobre a natureza da percepção do tempo e do passado na geografia histórica, sobretudo acerca do objeto e do assunto de investigação. Isso permitirá a busca e a verificação de regularidades gerais. Em terceiro lugar, a geografia histórica não pode se contentar em apenas descrever e explicar a evolução temporal dos elementos selecionados na paisagem através de um método retrospectivo, mas deve se preocupar com a compreensão da complexidade e do funcionamento das paisagens passadas.

Tendências e Desafios da Geografia Histórica atual

As relações entre a história e a geografia continuam a exercitar a mente dos geógrafos históricos (OGBORN, 1999, p.97). No entanto, estudos recentes guardam poucas semelhanças com aqueles realizados no início do século XX. Geógrafos históricos abandonaram sua predileção anterior para o determinismo ambiental e têm procurado compreender, principalmente, "a transformação e a modificação da terra", bem como a natureza e a finalidade da abordagem histórica na geografia (WILLIAMS, 1994, p.10). Tanto geógrafos quanto historiadores expandiram o leque de temas que abordam e de disciplinas com as quais se relacionam. Eles se utilizam de um rol de novas teorias, particularmente sociais e culturais, e adotam diversas perspectivas sobre a geografia e a história. Preocupam-se em descrever, explicar e compreender as mudanças ocorridas nas localidades e regiões, nos países e continentes, abraçando vários aspectos não triviais da atividade humana e diversas características do mundo natural.

A nova geografia histórica, segundo a concepção de Claval (1981, p.669-671), re-examina o passado "não mais motivada apenas por uma fascinação com as formas de organização mais perfeita, mais harmoniosa", mas preocupada com o "desejo de explicar a gênese de nosso mundo, entender melhor as muitas experiências oferecidas pela história e a expressão espacial das imagens sociais e culturais". Para Richard Schein, os temas diversos representam novas direções, talvez até mesmo uma ruptura na tradição da geografia histórica, com forte tendência de envolvimento com a prática crítica e reflexiva contemporânea das ciências sociais e humanas. Esse autor visualiza uma re-colocação da geografia histórica com uma dupla finalidade: a) trazer para a disciplina os debates teóricos e metodológicos das escolas pós-positivistas; b) e despertar uma nova geração de estudiosos comprometidos com a forma não-tradicional da geografia histórica (BAKER, 2003).

"Uma inspeção minuciosa sugere que o ecletismo liberal que há muito caracteriza a geografia histórica ainda está bastante em evidência (HOLDSWORTH, 2002, p.671)". Nas conferências e reuniões internacionais da ciência geográfica e da geografia histórica é possível observar a diversidade de assuntos abordados, as permanências e as mudanças de foco neste campo de estudo. Na 90ª *Reunião Anual da Associação dos Geógrafos Americanos*, ocorrida em 1994 na cidade de São Francisco, o fórum de geografia histórica explorou novos temas como classe, raça, gênero e povos indígenas. Avaliando a conferência, Alan Baker assinalou que "existe agora um discurso genuinamente internacional de geografia histórica e um reconhecimento amplamente aceito de que cada problema geográfico precisa ser historicamente situado". Michael Conzen, ao comentar o evento, concluiu que "esse campo disciplinar entrou numa nova fase", marcada pela produção de "pesquisas maduras, por um rico e crescente debate sobre os conceitos e interpretações históricas e pelas tentativas renovadas de apresentação da síntese, com níveis de complexidade historiográfica antes inimagináveis (BAKER, 1994, p.452-455)".

Em 2002 foi realizada na cidade de Belfast, Irlanda do Norte, a *Conferência Anual da Sociedade Geográfica Real* e do *Instituto de Geógrafos Britânicos*. A diversidade dos artigos apresentados no campo da geografia histórica confirma os ganhos decorrentes dos estudos interdisciplinares. O crescimento na análise das fontes documentais, tanto

em termos de amplitude e de profundidade quanto conceitual e empírica, indica a atual vitalidade dessa disciplina. E, embora o campo da geografia histórica esteja bem apoiado no sentido histórico, muitos artigos trabalham na perspectiva dos últimos desenvolvimentos teóricos sobre a paisagem, a ecologia e o lugar, abordando, ainda, questões sobre patrimônio, identidade, meio ambiente, poder e exclusão, reforçando, desta forma, a diversidade. Em 2006 e 2009 aconteceram a XIII e XIV *Conferência Internacional de Geógrafos Históricos*, respectivamente nas cidades de Hamburgo (Alemanha) e Quioto (Japão). As sessões foram dedicadas aos seguintes temas: teoria, história e prática da geografia histórica; ciências humanas e sistemas de informações geográficas; mapeamento, levantamento e conhecimento geográfico; natureza e mudanças ambientais; população, saúde e bem-estar social; pequenas e grandes explorações agrícolas; urbanismo e ambientes construídos; industrialização e capitalismo; redes, comunicação e globalização; turismo, esporte e recreação; uso e disponibilidade de fontes (mapas, inquéritos etc); técnicas de análise disponíveis; herança e conservação da paisagem; poder, imperialismo e colonialismo; evolução de paisagens urbanas e rurais; construção e circulação do conhecimento geográfico no período colonial; geografias históricas da Ásia Oriental; e cartografia histórica (WYNN e DRIVER, 2010). As sessões temáticas e os artigos apresentados atestam a grande diversidade da disciplina.

Não existe, portanto, uma tradição única ou monolítica na geografia histórica e “o redemoinho de diversas abordagens para diferentes passados continua (HOLDSWORTH, 2002, p.677)”. A produção acadêmica confirma o pluralismo intelectual dessa área do conhecimento, tanto ao longo do tempo quanto de lugar para lugar, sobretudo em termos dos problemas tratados, metodologias e tipos de abordagens. De acordo com Baker (2003), cada continente, país ou região possui suas próprias questões históricas e geográficas, suas fontes e tradições intelectuais e acadêmicas específicas. Nos Estados Unidos, por exemplo, há diferentes “escolas” de geografia histórica como a associada a Carl Sauer e a fundada por Andrew Clark. No Canadá, questões teóricas e proposições metodológicas diferentes da americana são encontradas em Graeme Wynn. Na Grã-Bretanha, existem distinções entre a “escola” de Clifford Darby e de Herbert John Fleure e Emrys George Bowen. Práticas diferentes ainda são observadas na geografia histórica alemã e francesa e entre países capitalistas e ex-socialistas.

Alguns dos novos temas da geografia histórica incluem as seguintes questões: urbanas, do turismo, da compressão espaço-temporal, das mudanças pós-socialistas, do planejamento e conservação das paisagens, dos mares e oceanos, das aplicações do *GIS histórico*, do movimento feminista, da vida social, da diáspora judaica, da prostituição, das diferenças e identidades religiosas e comunitárias, do poder, da modernidade, da crítica da arquitetura, do Direito, das ideias e do pensamento científico, da história ambiental, da saúde, dos impérios antigos, da cartografia colonial etc. No universo das escalas, encontramos estudos regionais, nacionais e continentais. Embora haja predominância de alguns temas tradicionais como questões regionais e mudanças econômicas e morfológicas dos espaços urbanos, do ponto de vista da escala “é mais provável que as geografias históricas modernas incorporem, simultaneamente, o local e o global, ao invés de se limitarem à base regional (GRAHAM e NASH, 2000, p.676)”. Em termos de cobertura temporal, Jones (2004) destacou o fato de as análises se concentrarem, cada vez mais, em processos e padrões do passado recente, ao contrário dos tempos pré-modernos,

cujas justificativas, entre outras, residem nos esforços atuais para garantir que a investigação geográfica tenha alguma relevância prática ou política, na inexistência e nas dificuldades de tratamento empírico de fontes para períodos da época pré-moderna ou anterior e na imposição de importantes órgãos públicos de financiamento de pesquisas.

As mudanças no assunto abordado pela geografia histórica não importam tanto se analisarmos os progressos no plano da teoria e da prática metodológica desse campo disciplinar cujos avanços, na concepção de Baker (2003), são mais aritméticos que geométricos. Ogborn (1999, p.97) enfatizou que existe uma grande variedade de conceituação das relações entre a história e a geografia, contudo, “as formulações não conseguem lidar, adequadamente, com a miríade de complexidades envolvidas nas linhas de influência e de conexão das duas disciplinas”. A prática da geografia histórica e seu exercício como disciplina ou sub-disciplina carece de problemas em seu estatuto epistemológico e apresenta grandes desafios para caminhar na perspectiva de oferecer importantes contribuições interdisciplinares. Alan Baker (2003), ao concluir sua obra mais importante, *Geography and History: bridging the divide*, relatou que história e geografia já estão unidas por uma ponte que poderia ter um tráfego maior, particularmente no universo das discussões teóricas e metodológicas que envolvem as articulações entre esses dois campos de análise.

O que os geógrafos históricos internacionais têm em comum? Essa questão foi levantada por Holdsworth e Kobayashi (1996), que destacaram o problema dos pesquisadores aludidos se debruçarem sobre temas muito específicos, cada um motivado apenas com o seu próprio campo de interesse, o período, o local e as pessoas que optaram por estudar ou analisar ao longo dos recortes do passado. Isso possui uma implicação perigosa: o abandono dos focos de pesquisa de uma geração para outra, negligenciados por pesquisadores que preferem demarcar sua própria agenda de pesquisa. Aqueles autores ainda apontaram que apesar do valor e do interesse intrínseco dessas investigações pontuais, elas podem não fornecer um estímulo para estudos similares ou para a construção de novos padrões de interesse de pesquisa a médio e longo prazos. Portanto, os desenvolvimentos recentes da geografia histórica apresentam um grande paradoxo: ao mesmo tempo em que o interesse pelo campo aumenta, sua base institucional e disciplinar se fragmenta.

Os geógrafos históricos, ao estudarem um “campo amplo de dinâmicas sociais, têm se movido numa multiplicidade de novas direções e influenciado a perda da unidade básica da sua área de investigação (AUSDAL, 2006, p.214)”. A disciplina tem se fraturado em novas linhas temáticas, conceituais e políticas, “perdendo até seu sentido de identidade e propósito comum”, e vários geógrafos históricos temem que a sua área de pesquisa desapareça como campo diferenciado da geografia. Goheen (2001) e Ausdal (2006) acrescentaram que existe pouca atenção dedicada à discussão dos trabalhos importantes escritos no campo da geografia histórica e os pesquisadores dessa linha ainda tendem a apresentar nexos teóricos, temáticos e institucionais mais estreitos com profissionais de outros campos da geografia e de outras disciplinas do que propriamente com os geógrafos históricos. Tal constatação explica a inexistência de uma base teórica consolidada na disciplina, com fronteiras bem definidas, apesar da criação de limites rígidos também gerar sérios problemas em várias ciências na atualidade.

A proposta de acentuada abertura para a área da geografia histórica, a despeito de ser positiva, gera problemas. A maioria das definições enfatiza o aspecto da diversidade na disciplina, mas, como destacou Ogborn (1999), tal multiplicidade faz dessa área do conhecimento um campo de estudo assaz eclético, fonte de sua força e fraqueza. Se, por um lado, a ampliação da geografia histórica, além de seus limites anteriores, faz desse subcampo uma área fragmentada, por outro, é preciso considerar que tal amplitude acaba por integrar questões epistemológicas revigorantes. Para aqueles que consideram desafiadores o novo pluralismo e as pesquisas interdisciplinares, o crescimento das atenções e das preocupações para as múltiplas vozes e perspectivas do passado é motivo de comemoração. Ausdal (2006, p.214), por exemplo, asseverou que “a fragmentação não tem diminuído o número nem a qualidade dos trabalhos geográficos com perspectiva histórica”. Já para os que lamentam a fragmentação intra-disciplinar e a desintegração da história e da geografia em divisões cada vez mais especializadas, é causa de tristeza. Infelizmente, por causa da fragmentação, o dinamismo do campo passa despercebido e muitos geógrafos se sentem marginalizados dentro da disciplina.

A diversidade na geografia histórica pode ser vista então tanto como uma oportunidade, pois leva em conta as especificidades dos eventos e dos lugares e caminha na perspectiva de uma interdisciplinaridade fértil, importante para a reconfiguração das bases disciplinares e para a construção de novas percepções e abordagens, mas também como um desafio, visto que carece de uma definição precisa, abor seu caráter extremamente heterogêneo, o que pode descaracterizar e/ou dissolver abordagens disciplinares existentes (BAKER, 2003). De modo semelhante, Donkin (1997, p.264), ao avaliar o novo contexto de pluralismos, considera que a “descentralização” sinaliza um perigoso processo de “desconstrução” da disciplina, contudo, por outro lado, aponta um novo papel para aqueles que se consideram geógrafos. O primeiro autor aposta na potencialidade do hibridismo e da heterogeneidade da geografia histórica, ao enfatizar que não esperaria que os pesquisadores num futuro próximo (uma ou duas décadas) estivessem entusiasmados com os mesmos problemas e se restringissem à utilização das mesmas fontes e técnicas como as que hoje atraem a atenção da geografia e da história. O segundo pesquisador, de modo análogo, defende que “a geografia é um campo que deve mesmo atrair, ao invés de expulsar”, se for para permanecer “intelectualmente vibrante”, pois precisamos das habilidades que os outros ensinam caso queiramos resolver as questões que devidamente perguntamos e outros desprezam.

Heffernan (1997, p.2), ex-editor do *Jornal de Geografia Histórica*, vê um futuro otimista para o campo da geografia histórica. Ao classificar o referido periódico como um “refúgio do ecletismo inteligente”, ele considera que as fronteiras da geografia, da história e de diversas outras disciplinas precisam, habitualmente, ser “transgressivas e subversivas”. Assim se expressou o autor:

Para aqueles que consideram o ecletismo e o “caos” conceitual um risco à integridade intelectual da geografia histórica como um projeto acadêmico, gostaria de fazer um prospecto alternativo mais otimista para o futuro. A geografia histórica é, acima de tudo, uma disciplina híbrida e, portanto, susceptível de se beneficiar de uma tendência generalizada. Ela é igualmente compreensível na América do Norte e na Europa quando se trata das

categorias intelectuais convencionais através das quais o mundo moderno é interpretado e conceituado. Alianças disciplinares tradicionais, assim como ideologias políticas e estruturas econômicas, estão se desmoronando em um fluido mais caleidoscópico de reformulações, reconfigurações e desconstruções, potencialmente mais libertador (HEFFERNAN, 1997, p.2).

Avanços na epistemologia da geografia histórica e na definição desse campo de estudo passam, fundamentalmente, pela compreensão dos conceitos de tempo e espaço. Essas duas dimensões são categorias básicas da existência humana e raramente discutimos seus sentidos; tendemos a tê-los por certos e lhes damos atribuições do senso comum ou autoevidentes. A geografia histórica também não deve ser apenas uma síntese da geografia e da historiografia, pois, segundo Kucera (2008, p.7),

[...] estamos lidando com tentativas de aplicar abordagens geográficas na historiografia ou utilizando-se de certos aspectos da geografia, naturalmente os métodos geográficos, para tratar de temas no passado, semelhante ao que se faz na chamada “geografia do presente”. O problema fundamental da autodefinição da geografia histórica não reside em compreender o significado de “histórico” no título de duas palavras, mas sim no fato de que ainda não está claro o que entendemos por “geografia”. A historicidade da geografia histórica parece ser enfatizada muitas vezes, enquanto sua relação com a geografia permanece completamente despercebida.

Num contexto de interdisciplinaridade ou de fusão de fronteiras disciplinares, seria a geografia histórica propriamente um corpo distinto de conhecimento ou anexo das disciplinas de história e geografia conforme sua maior preocupação com o tempo ou com o espaço? A concepção da geografia histórica como um campo distinto de estudo tem sido contestada. Baker (2003, p.34), por exemplo, destacou que não é produtivo apresentar uma “definição purista da geografia histórica como disciplina ou sub-disciplina”, mas sim “discutir os seus méritos como projeto interdisciplinar”, capaz de oferecer uma série de perspectivas distintas sobre as pessoas, os lugares e os períodos no passado. Para Kucera (2008), se alegarmos que a geografia histórica é um campo interdisciplinar, que combina espaço e tempo, ciências naturais e sociais, não há dúvidas de que ela, pela sua própria natureza, é um ramo interdisciplinar.

Cabe destacar a necessidade da geografia histórica reavaliar a sua característica de *ciência idiográfica*, preocupada com as singularidades e peculiaridades de lugares específicos durante certos períodos do tempo. Por quê? Se a considerarmos exclusivamente dessa forma torna-se impossível generalizar os resultados da sua investigação e a pesquisa estará reduzida a uma mera soma de estudos de caso que enfatizam particularidades de um lugar e um período de tempo, desconectados da transtemporalidade e do âmbito disruptivo das mudanças estruturais. Conclusões de diversos estudos não são extensivamente aplicáveis a outros lugares, mas, se a geografia histórica pretende ampliar o seu estatuto atual e empregar os conhecimentos resultantes de suas próprias pesquisas ela deveria integrar tanto a abordagem idiográfica quanto a nomotética. Ou seja, procurar especificidades e regularidades no processo eminentemente dinâmico de organização do espaço geográfico no passado.

Considerações Finais

A trajetória de evolução da geografia histórica acumulou uma vasta literatura sobre as conexões entre as duas disciplinas desde o século Dezesete. Na atualidade, a produção acadêmica caminha numa perspectiva contrária à da separação entre as duas áreas e as temáticas de abordagem e linhas de investigação acompanham as tendências dos paradigmas da geografia e de outras ciências sociais e humanas. O campo de investigação da geografia histórica pode ser considerado independente, situado entre a historiografia e a geografia, portanto, nas fronteiras disciplinares. Por meio da combinação das categorias espaço e tempo e das relações entre homem e natureza, a disciplina investiga o desenvolvimento e as mudanças do ambiente geográfico no passado.

As tendências atuais da pesquisa na geografia histórica, tanto em termos de assuntos quanto de metodologias, representam novas direções positivas e sinalizam para uma ruptura com os temas e abordagens tradicionais, tendo em vista a forte inclinação das investigações para a prática crítica e reflexiva contemporânea das ciências sociais e humanas. Estudos recentes, portanto, guardam poucas semelhanças com aqueles realizados no início e até meados do século passado. E tanto historiadores quanto, principalmente, geógrafos expandiram, significativamente, o leque de temas que abordam e de disciplinas com as quais se relacionam, recorrendo a um conjunto crescente de teorias, particularmente sociais e culturais, o que repercute na adoção de diversas perspectivas sobre a geografia histórica.

Na literatura acadêmica existe uma grande diversidade de obras que versam sobre as mudanças geográficas e históricas de determinados lugares e períodos. No entanto, há poucas pesquisas e publicações sobre a teoria e metodologia da geografia histórica. Tal carência produz diversas consequências para essa linha interdisciplinar, tais como: base institucional e disciplinar fragmentada, ecletismo de assuntos e linhas de abordagem, confusão com a historiografia, indefinição do objeto e do sujeito de investigação, natureza particular, excessivamente descritiva e raramente explicativa, aplicabilidade restrita dos resultados obtidos etc. Esses são grandes desafios, caso a disciplina almeje oferecer contribuições interdisciplinares para o conhecimento e a compreensão da realidade.

O pesquisador que se aventurar pelo campo da geografia histórica deve se preocupar com o estudo das mudanças geográficas no espaço e no tempo, buscar em eventos e épocas pretéritas as variáveis geográficas importantes para compreensão dos contextos do passado e do presente. Por preceito, as indagações devem ser, indispensavelmente, questões geográficas relacionadas a eventos e lugares no passado como, por exemplo: a imposição do meio sobre o homem (condicionamentos) e quais as possibilidades e formas/técnicas adotadas pelos grupos humanos para apreenderem o seu espaço e transformá-lo conforme seus interesses; as relações de poder engendradas no exercício da formação e consolidação de territórios e seus rebatimentos no ordenamento espacial; o papel do espaço na viabilização dos interesses dos diversos grupos sociais; a configuração espacial das coisas e dos eventos históricos decisivos; os processos chaves que explicam ou qualificam a configuração geográfica estudada etc.

A construção de uma disciplina essencialmente preocupada com a organização socioespacial dos lugares, paisagens e regiões, e não um campo de conhecimento que lida com a descrição cronológica da evolução de um fenômeno específico, é de fundamental importância para a consolidação da geografia histórica como ciência. A especificidade histórica e a peculiaridade dos fenômenos geográficos de certos lugares mostram, na maioria das vezes, processos que podem ser únicos e particulares. Mas, nem sempre. A geografia comparada pode evidenciar dimensões comuns pouco visíveis, o que torna necessário ampliar o diálogo sobre a natureza da percepção do tempo e do passado na geografia histórica, sobretudo acerca do objeto e do assunto de investigação. Isso permitirá a busca e a verificação de regularidades gerais.

O passado precisa ser investigado de forma sistemática. E alguns teóricos, a exemplo de Mitchell (1987), apontam alguns caminhos de como proceder, aqui apresentados, com certas modificações. O passo inicial da pesquisa consiste no questionamento sobre as origens: quando e onde um processo particular ou conjunto de eventos começou. É o ponto de partida para definirmos o início temporal de um evento, recortá-lo e localizá-lo espacialmente. Essa etapa é fundamental, pois, na análise da produção do espaço, o tempo não é um conceito absoluto, mas relativo, dividido em seções, dotadas de características particulares, o que implica uma necessidade de periodização, a fim de examinar e recortar as continuidades e as grandes rupturas de acordo com os eventos históricos de maior ou menor importância. Em segundo lugar, é fundamental perguntarmos sobre o que se seguiu temporalmente na sequência do evento analisado.

A terceira etapa versa sobre a ordem temporal e a estrutura espacial da ocorrência e da distribuição: porque a mudança aconteceu na sequência observada. A quarta etapa precisa questionar porque as coisas aconteceram naquele tempo e lugar e não em outros. Aqui, entra a importância da análise dos fatores produtores da mudança ou das condições necessárias que, em suas combinações, desencadearam os processos e as mudanças notados, e a atuação dos diversos agentes, externos e internos, responsáveis pela modelagem do espaço. Por fim, cabe investigarmos a duração e a velocidade das mudanças, avaliar a sua magnitude e extensão, bem como a evolução do espaço. Importa lembrar que se deve trabalhar, com certa moderação, na seleção do problema de pesquisa, definindo-o de forma clara. Do contrário, o pesquisador corre o risco de vaguear aleatoriamente e improdutivamente pelos acervos de bibliotecas, arquivos históricos etc.

Estudar o passado implica necessariamente buscar rastros e vestígios deixados pelos eventos históricos. Isso pressupõe a interpretação cuidadosa dos documentos conservados e envolve o conhecimento das instituições e arquivos que preservam a memória temporal. Todavia, recuperar o passado não é uma tarefa simples, pois os fatos geográficos de um lugar e o tempo transcorrido são uma realidade extinta e o geógrafo histórico, ao procurar reconstruí-lo, utilizando-se de uma gama de teorias do presente, pode incorrer em anacronia insolúvel. Mesmo assim, a despeito dos riscos de parcialidade e das lacunas temporais e espaciais existentes nas fontes, a reconstrução contemporânea do passado é necessária. E a recuperação de apenas uma pequena fração das ações humanas e dos eventos pode ainda ser valiosa. Afinal,

os achados de qualquer investigação estão sujeitos a reavaliações e revisões. Por fim, é fundamental salientar que análises sincrônicas que invistam no recuo temporal para explicar o presente, a depender do recorte histórico, são de alcance limitado, porque dificilmente irão incluir todas variáveis ou eventos chaves que o diálogo entre o presente e o passado exige.

Referências Bibliográficas

ABREU, M.A. Construindo uma Geografia do Passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. *GEOUSP*, São Paulo, n.7, p.13-25, 2000.

AUSDAL, S.V. Medio siglo de geografía histórica en Norteamérica. *História Crítica*, n.32, p.198-234, 2006.

BAKER, A.R. H. Editorial: the practice of historical geography. *Journal of Historical Geography*, v.13, n.1, p.1-2, 1987.

_____. Environment, Space and Place: historical geography at the Annual Meeting of the Association of American Geographers, San Francisco, 29 March-2 April 1994. *Journal of Historical Geography*, v.20, n.4, p.452-455, 1994.

_____. *Geography and History: Bridging the Divide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BAKER, A.R.H.; BILLINGE, M. (Eds.). *Period and place: research methods in historical geography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

BRAUDEL, F. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. *Escritos sobre História*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CLAVAL, P. Géographie historique. *Annales de Géographie*, v.90, n.502, p.669-671, 1981.

DARBY, H.C. On the Relations of Geography and History. *Transactions of the Institute of British Geographers*, n. 19, p.1-11, 1953.

DENNIS, R. History, Geography, and Historical Geography. *Social Science History*, v.15, n.2, p.265-288, 1991.

DONKIN, R.A. A 'servant of two masters'? *Journal of Historical Geography*, v.23, n.3, p.247-266, 1997.

Carneiro, P. A. S. e Matos, R. E. S.

GOHEEN, P.G. Practicing historical geography. *Historical Geography*, v. 29, p. 77-78, 2001.

GRAHAM, B.; NASH, C. *Modern Historical Geographies*. Harlow: Pearson Education Ltd., 2000.

HEFFERNAN, M. Editorial: The future of historical geography. *Journal of Historical Geography*, v.23, n.1, p.1-2, 1997.

HEYLYN, P. *Microcosmus or a little description of the great world*. Oxford: Oxford University Press, 1621.

HOLDSWORTH, D.W. Historical geography: the ancients and the moderns - generational Vitality. *Progress in Human Geography*, v. 26, n.5, p. 671-678, 2002.

HOLDSWORTH, D.W.; KOBAYASHI, A Historical Geography in a post-colonial world-multiple voices (not) in search of theories: the Ninth International Conference of Historical Geographers, 1995. *Journal of Historical Geography*, v.22, n.2, p.198-201, 1996.

JONES, R. What time human geography? *Progress in Human Geography*, v.28, n.3, p.1-18, 2004.

KUČERA, Z. Historical Geography between Geography and Historiography. *Klaudyán - Internet Journal of Historical Geography and Environmental History*, v.5, n.1, p.5-13, 2008.

MITCHELL, R.D. The North American Past: Retrospect and Prospect. In: MITCHELL, R.D.; GROVES, P.A. (Eds.). *North America: The Historical Geography of a Changing Continent*. Totowa: Rowman and Littlefield, p.1-22, 1987.

OGBORN, M. The relations between geography and history: work in historical geography in 1997. *Progress in Human Geography*, v.23, n.1, p.97-108, 1999.

POWELL, J.M. Harvest of 'Entwining Complication': annotations on American historical geography. *Australian Geographer*, v.31, n. 3, p. 393-403, 2000.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SAUER, C.O. Foreword to Historical Geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v.31, n.1, p.1-24, 1941.

_____. The Fourth Dimension of Geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v.64, n.2, p.189-192, 1974.

WILLIAMS, M. The relations of environmental history and historical geography. *Journal of Historical Geography*, v.20, n.1, p.3-21, 1994.

WYNN, G.; DRIVER, F. Conference report: Historical Geography in Kyoto. 14th International Conference of Historical Geographers. *Journal of Historical Geography*, v.36, n.1, p.105, 2010.

Recebido em: 11/07/2012

Aceito em: 28/12/2012

¹ Para mais detalhes, consultar os seguintes trabalhos: SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.54, p. 81-99, 1977. THRIFT, Nigel. Time and theory in human geography: part I. *Progress in Human Geography*, v.1, n.1, p. 65-101, 1977a. THRIFT, Nigel. Time and theory in human geography: part II. *Progress in Human Geography*, v.1, n.3, p. 413-457, 1977b. PRED, Allan. Place as historically contingent process: structuration and time-geography of becoming places. *Annals of the Association of American Geographers*, v.74, n. 2, p. 279-297, 1984. DODGSHON, Robert A. *Society in Time and Space: A Geographical Perspective on Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. JONES, Rhys. What time human geography? *Progress in Human Geography*, v.28, n. 3, p. 287-304, 2004.

² Do ponto de vista metodológico, lamentavelmente, uma das poucas e últimas obras que trouxe um conjunto de artigos sobre a questão data de 1982. Trata-se do livro editado por Alan Baker e Mark Billinge, intitulado *Period and place: Research methods in historical geography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

